



ENCONTRO DE QUADROS SINDICAIS | ISCTE, Lisboa, 25 de setembro de 2026

MOÇÃO

A Escola Pública exige respostas! Os professores também!

É cada vez mais evidente o caminho que trilha o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) e o propósito do alegado espírito reformador das medidas tomadas: uma educação exclusiva, um ensino superior e ciência elitistas e uma profissão docente desvalorizada e reduzida a um modo funcionário de ser.

Uma sociedade decente não pode aceitar, em circunstância alguma, que: as escolas não tenham professores, os alunos não tenham escola, os alunos com necessidades específicas não tenham na escola os apoios de que necessitam, o ensino superior e a investigação sejam elitizados e a profissão degradada.

No início deste ano letivo fomos confrontados com um novo agravamento do problema da falta de professores: cresceram os horários e as horas em contratação de escola, ou seja, cresceu o número de alunos sem todos os professores; diminuiu o número de professores disponíveis para reserva de recrutamento; cresceu significativamente, em setembro e outubro, o número de aposentações docentes.

Após o caos nos exames, consequência do desmantelamento da Administração Educativa realizado em 2025, foram milhares os alunos que, no início deste ano letivo, não tinham escola atribuída. Uma situação que, no passado, as estruturas desconcentradas do MECI resolviam ainda antes de o ano letivo se iniciar.

Entram em vigor a 1 de janeiro de 2027 as alterações à Educação Inclusiva, decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de julho, as quais, apesar das várias regulamentações de que carecem, não escondem o propósito de afastar das escolas os alunos com necessidades específicas a quem são aplicadas medidas adicionais e a integração a tempo inteiro nas turmas dos alunos com medidas universais e seletivas.

No Ensino Superior e na Investigação, periga a investigação fundamental, é negada a participação dos docentes contratados na gestão escolar e é estimulado o crescimento da precariedade e da instabilidade nos vínculos laborais por via da Lei da Ciência, das alterações ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), dos regulamentos das instituições e da transformação dos institutos politécnicos em universidades técnicas e politécnicas.

O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), que ou não sai do tema 2 (Habilitações para a Docência, Recrutamento e Admissão) de 7 ou o que altera agrava o inscrito no ECD em vigor, seja na eliminação do articulado de direitos como a negociação coletiva ou a liberdade pedagógica e, pior ainda, na introdução de um novo referencial para a profissão, o ReCAP (referencial de competências da Administração Pública), uma “funcionarização” da profissão docente.

Não é assim que se valoriza a profissão docente, nem que se garante à Escola Pública a qualidade e a democracia que devem ser a sua imagem de marca. A falta de professores e a existência de alunos

sem escola são consequências de opções políticas erradas de governos anteriores e que o atual não só não inverte como acentua.

No ensino privado, a FENPROF continua a enfrentar dificuldades da negociação de um CCT que responda às necessidades dos docentes, nomeadamente quanto aos horários, à duração das carreiras e aos salários, apesar do recente entendimento alcançado para a revisão do CCT do EPC em 2026. No setor social, a situação é semelhante: apesar dos elevados apoios públicos atribuídos à CNIS e à UMP para a prestação de serviços nas IPSS e Misericórdias, as condições dos docentes continuam insuficientemente valorizadas, persistindo, em particular, a discriminação dos educadores de infância em creche, impedidos de progredir até ao topo da carreira sem fundamento válido.

A Escola Pública exige respostas! Os professores também!

Os dirigentes, delegados e ativistas sindicais reunidos neste Encontro de Quadros da FENPROF afirmam que este ano letivo de 2026/2027 é um ano decisivo para abrir caminho na resolução dos problemas da Educação e da Escola Pública, resolução essa que passa por:

- concluir a revisão do ECD, resolvendo efetivamente as suas limitações e insuficiências – eliminando a precariedade, reduzindo a instabilidade, melhorando salários, horários e condições de trabalho, valorizando a carreira e as condições de aposentação dos professores;
- devolver a Administração Educativa à administração direta do Estado, garantindo uma estrutura pública, próxima das escolas e capaz de assegurar as suas funções de acompanhamento, gestão e resposta aos problemas da Educação;
- manter os corpos especiais da Administração Pública e, em particular, a carreira docente nos referidos corpos especiais, preservando a especificidade, a autonomia profissional e a natureza própria da profissão docente;
- dotar a Educação Inclusiva dos meios e recursos suficientes para fazer face ao crescente fosso de desigualdades sociais no desempenho escolar dos alunos, em vez de promover sucessivos exercícios de engenharia legislativa;
- introduzir na gestão e administração escolar mecanismos democráticos como a colegialidade, a universalidade do voto dos docentes e não docentes nos órgãos de gestão e administração escolar, a eleição pelos pares nas estruturas de orientação educativa e de coordenação pedagógica e da prevalência do pedagógico sobre o administrativo, alargando a autonomia e as competências do Conselho Pedagógico;
- garantir ao ensino superior e à investigação os recursos financeiros necessários, privilegiando a investigação fundamental e o interesse público, em detrimento dos interesses particulares e de mercado;
- dignificar a negociação coletiva no Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias com a apresentação de propostas que visem melhorar as condições de trabalho, carreiras e salários dos seus docentes;
- exigir ao Governo o controlo rigoroso e efetivo dos apoios e financiamentos públicos atribuídos ao ensino privado e setor social, de modo a impedir o uso indevido dessas verbas;
- valorizar a participação dos docentes nas discussões sobre medidas de política educativa – aprendizagens essenciais, cargas letivas, (re)organização dos ciclos e níveis de ensino, bem como garantir o respeito cabal da lei no que se refere a matérias como a negociação coletiva, na qual a conduta do Estado deve ser exemplar.

A Escola Pública exige respostas! Os professores também!

Os dirigentes, delegados e ativistas presentes manifestam a sua disponibilidade para a luta, afirmando, desde já, a sua adesão:

- ao Desfile do Dia Mundial do Professor, no dia 5 de outubro, do Príncipe Real ao Largo Camões;
- à Manifestação Nacional da CGTP, de 17 de outubro, em Lisboa, Coimbra e Porto – “Mais Salário, Melhores Pensões e Serviços Públicos, Contra o Aumento do Custo de Vida, Defender o SNS e a Segurança Social”;
- participar ativamente nas reuniões sindicais e nos plenários de escola a realizar ao longo dos meses de outubro e novembro, mobilizando os professores para as lutas a encetar.

A Escola Pública exige respostas! Os professores também!

Lisboa, 25 de setembro de 2026